



PGR-00185566/2016

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Secretária de Apoio Pericial – SEAP
Assessoria Temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

PARECER TÉCNICO Nº 416/2016 – SEAP

| | |
|--------------------------------|--|
| REFERÊNCIA | 1.00.000.006900/2015-08 |
| UNIDADE SOLICITANTE | PRM/Teófilo Otoni |
| REQUERENTE | Paula Cristine Bellotti |
| EMENTA | Diagnóstico antropológico sobre as escolhas do grupo quanto as opções de produção. |
| TEMÁTICA | Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais |
| GUIA SISTEMA PERICIAL | 000140/2016 |
| COORDENADAS GEOGRÁFICAS | Feição considerada: (x)pontual ()linear () poligonal Lat/Long dec.: -41.665835 ° Lat. -17.639105° Long. |

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de parecer técnico que visa subsidiar com informações antropológicas qualificadas demanda solicitada por meio da guia 000140/2016, dentro do sistema pericial do MPF. O assunto analisado é uma das consequência práticas do Projeto Maxakali do MPF, no qual propôs uma peculiar atuação do MPF, seguindo eixos temáticos específicos busca efetivar a garantia de direitos por meio de políticas públicas inseridas em um contexto interétnico extremamente complexo. O alvo de análise deste parecer diz respeito aos problemas estruturais do eixo temático sustentabilidade e versa, especificamente, sobre as dificuldade e alternativas de sustentabilidade material dos Maxakali.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Secretária de Apoio Pericial – SEAP
Assessoria Temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

Observa-se que os dados aqui apresentados são frutos de um intenso trabalho de campo realizado de Agosto a Novembro de 2015, no qual houve a imersão do antropólogo no dia a dia da comunidade, culminando com uma grande quantidade de dados coletados por uma observação participante. Privilegiou-se uma abordagem focada em aspectos da organização social do grupo, com um levantamento de parentesco profundo e dezenas de entrevistas em profundidade de realizada.

Nas seções que seguem, analiso aspectos de como ocorre o processo produtivo do grupo, tendo em vista sua formação cultural e a relação histórica interétnica com a sociedade envolvente. Na conclusão apresento os pontos críticos da exposição e na última seção apresento pontos que teria uma relevante atuação.

2. ANÁLISE

A prática de assistência social por parte do Estado em Aldeia Verde é abrangente e reproduz um histórico de políticas públicas comuns as terras indígenas de Água Boa e Pradinho. Desde o primeiro posto indígena implementando em Água Boa, ainda na época do SPI, seguiram atividades de assistência homogenizantes, tendo com substrato valorativo a tutela indigenista e mantendo enorme distanciamento da especificidade culturais dos grupos. A ideia, herdeira de um passado militar, era consolidar um processo de aculturação baseado em uma ideologia assimilacionista operacionalizada pela introdução de novas atividades e técnicas.

Com a crescente atuação do órgão tutela, aproximadamente na década de 1940, começou um processo de sedentarização do grupo que formava a aldeia de Mikael, o que provocou um vigoroso aumento populacional que segue até hoje, conforme o quadro abaixo¹:

¹Os dados foram extraídos de Figueroa (2001, pag.21), sendo os primeiros anos de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Secretária de Apoio Pericial – SEAP
Assessoria Temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

| Data | População | Fonte |
|------|--------------|---|
| 1930 | 120 – 140 | Nimuendaju (1939) |
| 1943 | 118 | Rubinger <i>et al.</i> 1980:33 (dados do SPI) |
| 1946 | 131 | |
| 1947 | 132 | |
| 1948 | 142 | |
| 1951 | 150 | |
| 1952 | 158 | |
| 1956 | 185 | |
| 1958 | 255 | |
| 1959 | 240 | |
| 1960 | 199 | |
| 1962 | 230 | |
| 1963 | 243 | |
| 1979 | 450 | Marcato 1980 (dados FUNAI) |
| 1990 | 600 | Alvarez 1992 (dados FUNAI) |
| 1991 | 952 | Funasa/SIASI |

O mesmo período marcou o crescimento da quantidade de fazendas de agricultores locais, provocando uma expansão massiva através da pecuária extensiva. É nesse época que se inicia a uma grande transformação ambiental que ocorreu no nordeste de Minas, na macroárea em que se insere a terra indígena Maxakali. A vegetação originária da região é a mata atlântica, o que possibilitava o grupo

contato, Rubinger (1983) relata o risco de extinção do grupo: “Conforme dados censitários do S.P.I encontrados nos arquivos do Posto Engenheiro Mariano de Oliveira, em março de 1942 a população Maxakali estava reduzida a 59 índios. É possível que este dado tenha disto exagerado. Mas, de qualquer forma, se não tivesse sido instalado o Posto em 1941 e demarcadas as terras desses pequeno grupo de Maxakali, eles teriam caminhado para o desaparecimento total ente a rapidez com que o território tribal começou a diminuir, reduzindo assim as matas de onde eles tiravam, em grande parte, a sua subsistência”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Secretária de Apoio Pericial – SEAP
Assessoria Temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

exercer plenamente as atividades de caça e coleta. Com o aumento da população não indígena, o intenso extrativismo madeireiro, ainda no início do século XX e, posteriormente, com a plantação do capim colômbio que consolidou pastagens, poucos resquícios sobraram da exuberante vegetação, transformando a relação dos indígenas com o meio ambiente e gerando uma relação de dependência com o universo não indígena.

Entre as práticas do Serviço de Proteção Índio junto aos indígenas, seguindo o modelo da época, implementou grandes áreas de monocultura, administradas pelos chefes de postos, mas contando com o apoio e mão de obra de alguns indígenas. Destaca-se a circulação e a venda de produtos plantados, sendo poucos produtos direcionados para o consumo devido à singular dieta alimentar do grupo. É nessa época também que o intercâmbio de objetos com os não indígenas se amplia. Totó, o principal pajé de Aldeia Verde e filho de Mikael, relata que foi nesse período que os Maxakali começaram a usar roupa, a partir da imposição advinda da aproximação com a Igreja e o SPI. Relembra a época em que Adolfo, pai de Maria Diva, atual vereadora do município de Santa Helena de Minas e liderança de Água Boa, assumiu um cargo de chefe de posto da FUNAI e introduziu maquinário agrícola na área, alcançando certa prosperidade.

Ao longo dos anos, vários projetos realizados pelos *ãyhunk* passaram pelas terras indígenas com muito pouco sucesso, algo decorrente da impossibilidade de transpor barreiras culturais para alcançar um diálogo interétnico mais qualificado, mas também da própria concepção de trabalho e produção que o grupo possui. Para o grupo, não há uma rígida distinção entre esferas da vida, a economia não compõe um universo particular oposto ao lazer. Como observa Ramos (1988: 25), o sistema de produção é organizado de tal maneira que permite a quem produz a liberdade de manifestar convivialidade, tendências estéticas, gratificação física e mental.

Uma caça coletiva pode ser acompanhada pelo ritual do



PGR-00185566/2016

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Secretária de Apoio Pericial – SEAP
Assessoria Temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

yāmiyoxop, o que exige que o produto da caça seja repartido entre aqueles que participaram do ritual durante a noite anterior a caça, ou ser um empreendimento familiar divertido como as expedições de pesca. Quando a pesca é bem sucedida, no dia seguinte não é necessário retornar ao rio. Isso não significa que o indivíduo não tenha algo a fazer como reformar a cabana, retirar imbaúba, roçar capoeira, finalizar o desenho do colar ou pulseira, enfim, o dia a dia envolve uma centena de atividades relacionadas com o que chamamos de trabalho. O tempo também é preenchido pelos rituais, visitas aos familiares, jogos de futebol e toda uma infinidade de atividades coletivas.

Apesar da pouca diversidade ambiental, a maior parte das aldeias ainda sustenta a caça e a pesca como principal atividade, sendo completada pelo artesanato feminino (colares, brincos e pulseiras) e o artesanato masculino (ornamentação de arcos e flechas). A criação de porcos e outros animais de pequeno porte também é intensa, possibilitando a venda para regionais próximos a terra indígena. De toda sorte, apesar das limitações territoriais, ainda existem alguns indivíduos que mantêm pequenos roçados ou plantações frutíferas, geralmente chefes de família que utilizam a colheita para alcançar uma renda extra.

O valor do dinheiro não tende a ser totalmente compreendido pela comunidade, mas entendem os seus significado como mecanismo de troca, apesar da diferença linguística relacionada a compreensão numérica. Em várias ocasiões tive a oportunidade de observar esse entendimento, seja nas apostas de 2 reais na sinuca até o valor comparativo para ampliar suas casas com a renda do Bolsa Família ou do seguro DPVAT.

De certa forma, a sociabilidade Maxakali provoca uma distinção de posse apenas para aqueles que podem sustentar a ingerência dos demais na tentativa aberta ou velada de pilhagem. Nas casas, os objetos que não circulam são guardados e escondidos, principalmente das crianças, na medida que a socialização infantil é



PGR-00185566/2016

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Secretária de Apoio Pericial – SEAP
Assessoria Temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

percebida como a plena liberdade para os pequenos não inciados, de forma que os meninos, ou as meninas até a idade de 8 anos, não são reprimidos socialmente, brincando e interagindo da maneira que preferirem. Os pais argumentam que isso faz parte do processo de aprendizado do mundo e que envolve satisfazer toda curiosidade infantil. Por outro lado, esse é um dos fatores que provoca o deslocamento masculino das casas, na medida que a convivência desimpedida se torna praticamente insustentável devido a quantidade de filhos que cada família possui.

As únicas que conseguem gerar algum freio a plena liberdade infantil são as avós, pois envolvem continuamente as crianças em atividades domésticas. Nesse sentido, na primeira infância, não há uma diferenciação de gênero, os meninos e as meninas estão sujeitos ao mesmo tratamento, apesar de que na idade de 4 a 8 anos já se inicia uma socialização em grupos de idade, deixando a criança livre para circular com o grupo para onde desejar.

É interessante que artefatos de casa como colheres, garfos e copos são espalhados no chão de toda aldeia. É frequente não encontrarmos copo algum ou prato nas casas, pois teriam sido levados pelos *kitoko* (crianças). Da mesma forma, alguns bens utilizáveis e não duráveis tenderiam a desaparecer, principalmente alimentos. Recordam que em Água Boa, era comum terem hortas saqueadas na época da colheita. Talvez seja essa a razão de haver um quilombola cuidando da horta comunitária em Aldeia Verde, pois poderiam não respeitar a distribuição e o crescimento das verduras e legumes, caso o responsável fosse indígena.

Há também de se observar que a materialidade perene do grupo implica em uma escassez de alimentos, pois compreendem o valor de troca, ensejando que objetos possam ser intercambiados com não indígenas. Essa noção fica clara na prática recorrente de trocarem óleo vegetal por cachaça, pois não costumam assar ou fritar os alimentos, apenas cozinhar. Na mesma medida, muita pouca comida é



PGR-00185566/2016

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Secretária de Apoio Pericial – SEAP
Assessoria Temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

acumulada em casa, tendendo a circular da forma mais rápida possível. Assaltos corriqueiros a dispensa são realizados por crianças e adultos e o pouco que sobra tende a ser escondido.

Existe um valor aberto onde a comida é o bem mais valorizado e circula dentro da relação de alianças entre as famílias nucleares, geralmente dentro da mesma família extensa. De maneira usual, todo alimento é consumido de imediato e se há excedente este tende a ser socializado por meio das festas e rituais. Nas casas, rigidamente, as visitas de outros grupos familiares não implica em uma comensalidade, apenas quando todos da família nuclear terminam de se alimentar é que o grupo visitante tem acesso as panelas.

A dieta alimentar do grupo é composta, essencialmente, por carboidratos, consomem muito pouca proteína animal, apesar de ser bastante valorizada. No dia a dia, o arroz é alimento abundante, acompanhado por algum tipo de carne, principalmente de galinha, de caça ou de peixe, já que pescam com grande frequência. Café e açúcar também são bens bastantes procurados e quase todas as casas conservam em pequenas quantidades. Eventualmente, encontram-se biscoitos, farinhas e macarrão. Valorizam poucas espécies frutas, tendo preferência por banana, melancia e jacá. Já a batata doce é um alimento muito procurado, sendo consumida por cozimento e acompanhada, eventualmente, de leite quente.

De toda sorte, a administração de objetos e alimentos da família é centralizada na figura materna central da família extensa, é ela quem decide o que vai circular ou ser guardado. Praticamente, toda decisão de maior complexidade tende a ser tomada apenas pelo mais velhos, mesmos aqueles que já possuem casa autônomas em relação ao grupo extenso ainda obedecem o que a matriarca, ou eventualmente o patriarca mandam. Por conseguinte, há muito pouco compromisso com tarefas e atividades dentro do regime doméstico, principalmente da alimentação.

Parte do ethos do grupo estima uma relação de autonomia



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Secretária de Apoio Pericial – SEAP
Assessoria Temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

individual, mesmo no âmbito da relação entre mãe e filho, o que faz com que haja uma maior valoração daqueles que conseguem “se virar”, o que significa conseguir alimentos para si e para sua família. Já em termos daquilo que pode ser guardado, apenas os objetos que agregam maior valor são escondidos, principalmente aqueles que se relacionam com tecnologia como computadores e máquinas fotográficas. Na mesma medida, os documentos também tendem a ser guardados, algo decorrente da relação com os não indígenas.

Sueli conta uma história ilustrativa sobre o assunto. Segundo ela, sua avó sempre falava dos *yāmiy* (espírito) de seu pai que ficavam amarrados no teto da casa de maneira que ela era proibida de pegar, mas seu avô foi obrigado a falar para ela aonde se escondia, pois se houvesse um acidente, ela teria que arranjar um homem para retirá-los. E assim aconteceu, a casa formada de palha seca de banana pegou fogo e não havia nenhum homem por perto, sua avó chorou bastante, acreditando que teria queimados os *yāmiy* de seu pai. Porém, quando o pai de sua avó chegou em casa ele procurou nos destroços da casa o *yāmiy* e ele estava intacto dentro do saco. Essa história foi contada por sua vó em razão de Sueli retirar do teto da sua casa uns documentos que levava, sua avó viu e falou: "Oxi, hoje os documentos são tão importantes quanto o *yāmiy*."

Da mesma forma, existe uma gama de cantos para o *yāmiyxop* (povo espírito) que são restritos e transmitidos de pais para filhos. Eles compõem um ciclo exclusivo e quase secreto de cantos que apenas são apresentados em ocasiões especiais ou próximo da morte de parentes. Alguma dessas famílias que possuem pajés tendem a promover tais cantos na *kuxex* (casa de religião), dando uma característica de identificação totêmica ao ritual, expresso pelo pau de oração e doando para toda aldeia os cantos. A transmissão de todos os cantos ocorre pelo *yāmiytax* (chefe espírito), sendo uma atribuição exclusiva, o que não significa que este *yāmiy* é imune ao roubo ou trapaça de algum pajé. A analogia que Totó, um dos mais antigos pajés



PGR-00185566/2016

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Secretária de Apoio Pericial – SEAP
Assessoria Temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

da comunidade faz é que *yãmiytax* é uma espécie de camelô que vende CDs. Ele seria dono de todos os cantos e de acordo com a forma que você o trata ele pode te dar ou vender um música.

Por conseguinte, o grupo enseja uma relação com as coisas muito perene, o que se replica a limitação de reprodução cultural e material derivada do reduzido e pobre ambiente em que se encontram. Em Aldeia Verde, a situação é ainda mais vulnerável do que as demais terras indígenas Maxakali pois é densamente povoada, produzindo maior dependência em relação a gêneros alimentícios e objetos externos a cultura indígena. Apesar de haver mecanismos culturais relacionados ao universo cosmológico que valorizem a transformação “canibalização/pacificação” de objetos não indígenas, a carência material que marcou o deslocamento do grupo de Água Boa produziu um movimento intenso de solidariedade de grupos indigenistas de diferentes ordens, na tentativa de fazer frente as mortes que ocorreram em decorrência de epidemias e da fragilidade nutricional.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Secretária de Apoio Pericial – SEAP
Assessoria Temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

3. Conclusão

Conforme foi demonstrado ao longo da história do grupo, existe uma clara resistência a modificação do ethos produtivo vinculado a caça e a pesca, sendo comum, até os dias atuais, a caça de gado dos fazendeiros como uma contrarreação explícita a destruição do meio ambiente, através da colonização dos Brancos e como a atualização do ser Maxakali.

Dessa forma, historicamente, observa-se a falha das instituições indigenistas em tentar transformar o grupo em vaqueiros, como também o pouco empenho dos indígenas para trabalhar com plantações. Há poucos homens que exercem a agricultura, sendo muito restrita a prática devido a parca área disponível para o plantio em Aldeia Verde e Cachoeirinha. Já em Água Boa e Pradinho existe um histórico mais bem sucedido de grupos familiares que adotaram tal prática.

Cabe observar, entretanto, que há um claro mecanismo de apropriação individual/familiar de dinheiro e bens adquiridos fora do circuito ritual. Dessa forma, se a plantação for com o intuito de criar excedente para venda, é bem possível que haja a concentração da produção nas mãos de poucos indivíduos.

Contudo, é significativa a manutenção do ethos caçador/pescador/coletor o que significa uma irrestrita atuação territorial, pois na terra indígena não existe peixe, caça ou árvores frutíferas, levando o grupo a percorrer dezenas de quilômetros diariamente. Logo, toda sorte de conflito é produzido quando estes atravessam cercas de propriedade particular.

Apesar da técnica de pescaria do grupo significar estar dentro do rio continuamente, sendo o rio área pública, o grupo tende a enfrentar a truculência de fazendeiros locais que tratam os indígenas como invasores, sendo violento e chegando mesmo a atirar com arma de



PGR-00185566/2016

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Secretária de Apoio Pericial – SEAP
Assessoria Temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

fogo e lançar bombas caseiras, independente do grupo indígena ter mulheres ou crianças. Para o grupo, esse tipo de reação acaba por produzir bastante angústia, gerando, algumas vezes, a possibilidade reação e guerra contra os fazendeiros.

Da mesma forma ocorre a caça, o que implica adentrarem na área de preservação permanente ou de reserva ambiental das propriedades em torno da terra indígena, sendo essa as únicas áreas de floresta preservadas encontradas na região. Assim, os locais de caça são restritos, tendo 4 ou 5 sítios, no máximo que o grupo costuma cotidianamente. A estrada é ainda o caminho que mais utilizam, o que também possibilita conseguirem carona fora da terra indígena e se relacionarem com os regionais.

Contudo, o artesanato é uma das práticas produtivas e mais frequentes, sendo essencialmente praticadas por mulheres, todos dias e durante boa parte da noite. Em todas as casas em que há mulher, trocam colares e pulseiras, servindo como um bom complemento de renda. Toda vez que algum parente vai a cidade, leva dezenas de colares de parentes ou amigos, retornando com o valor em dinheiro.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Secretária de Apoio Pericial – SEAP
Assessoria Temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

4. Sugestões de atuação

1) Não se pode falar em retirar benefícios sociais entre o grupo, pois estes acabam sendo mecanismos enraizados estruturalmente que apesar de serem alvos de uma distribuição desigual, tendem a ser bastante valorizados pelo grupo.

2) Alternativas de criação de áreas de plantio é algo complexo e limitado, tendo maior histórico de funcionamento em Água Boa e Pradinho. No entanto, experiências com hortas administradas por não indígenas ou mesmo indígenas já tecnicamente qualificados, tendem a ser uma boa alternativa, criando maior riqueza nutricional pela diversidade de frutas e hortaliças.

3) É necessário reforçar as práticas de caça, pesca e coleta. O ideal é que seja feito um plano de gestão ambiental e territorial, conforme preconiza a política pública do PNGATI. Nesse plano constaria o mapeamento das áreas de uso para caça, pesca e coleta, dentro e fora da terra indígena, além das escolhas de projetos de etnodesenvolvimento. Nota-se a dificuldade em implementar este ponto deriva da restrita dotação orçamentária da FUNAI que gera uma lista de prioridade de terras indígenas no Brasil, não constando a previsão de atuação junto aos Maxakali. Organizações não governamentais são as potenciais parceiras para a execução desses planos que podem ser realizados em parceria com a FUNAI, destacando Instituição Internacional de Educação do Brasil (IEB), Instituto Socioambiental (ISA) e Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

4) De toda forma, o restrito território do grupo implica na procura por caças, pesca e coleta fora da terra indígena sendo um



PGR-00185566/2016

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Secretária de Apoio Pericial – SEAP
Assessoria Temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

hábito comum. O que seria interessante é legitimar tal conduta cultural através de um termo de ajustamento de conduta firmado com os proprietários dos locais em que transitam e com o órgão ambiental municipal a fim de evitar responsabilização individual pela manutenção de um comportamento cultural.

5) Conforme foi demonstrado, boa parte dos problemas alimentares derivam da ausência de território, o que implica escassez de recursos. Como todas as terras indígenas foram adquiridas pela FUNAI e não passaram por um processo de identificação e delimitação aos moldes previsto pelo Decreto 1776/96 e Portaria da Funai n. 14/96, os quais têm em vista a Constituição Federal de 1988, artigo 231, não se pode falar em um território que permita a reprodução e sobrevivência do grupo, tendo necessidade de que a FUNAI promova o processo de delimitação e demarcação da terra indígena.

É o Parecer.

Brasília, 20 de Junho de 2016.

Leonardo Leocádio da Silva
Analista do MPU/Perícia/Antropologia